

# “É preciso encontrar novas formas de financiamento para o setor da água”

2 de Dezembro, 2015

O Centro de Congressos da Alfândega do Porto, encheu, ontem, com centenas de participantes, naquele que é o maior evento nacional a reunir profissionais da indústria da água: o Encontro Nacional de Entidades Gestoras de Água e Saneamento – ENEG 2015.

O paradigma da evolução para a eficiência em desfavor da falta de investimento do setor da água foi o centro da discussão da mesa redonda “PENSAAR 2020 e POSEUR: Desafios e oportunidades para as entidades gestoras”. Os oradores deste painel foram unânimes na opinião de que é preciso “investir mais” e “encontrar outras formas de financiamento”.

Eduardo Marques, vogal da direção da AEPSA, sublinhou, várias vezes, que “há necessidade de se investir muito em infraestruturação quer de água quer de recolha de águas residuais”. “Há situações de carência graves de falta de infraestruturas. Há concelhos industriais, próximos de grandes centros urbanos, com índices de cobertura inferiores a 50%. Estamos no momento exato de virar completamente a agulha”, ressaltou.

Mas para que esta infraestruturação seja sustentável terá de ser feita de “uma forma gradual e mais transversal por todo o país”, salientou, ainda, Eduardo Marques. “É necessário que seja feito um estudo sério de todos os investimentos que têm sido feitos. Há planeamentos que foram feitos que secalhar não foram bem planeados nem são sustentáveis”, alertou.

Contudo, os intervenientes consideraram que “não há dinheiro que chegue” para todas as exigências económicas do setor, sendo necessário encontrar “outras formas de financiamento”. “O dinheiro nunca chega mas já há outras formas de pensamento”, afirmou Pedro Mendes, membro do grupo de trabalho do PENSAAR da Agência Portuguesa do Ambiente (APA). “Há um conjunto enorme de investimentos que têm de ser feitos e temos de pensar que não é só com os fundos comunitários que vamos resolver os problemas porque estes fundos cobrem uma parte mínima”, completou Eduardo Marques que, prosseguiu, sugerindo uma solução: “Penso que os privados, de acordo com as condições que forem impostas pelo regulador, estarão interessados para abraçar novos concursos de concessão ou parcerias neste setor”.

“Não somos um país rico e não nos podemos dar ao luxo de ter infraestruturas com capacidades ambiciosas e sustentáveis. O dinheiro disponível não chega”, acrescentou Jaime Melo Baptista, investigador e coordenador do LNEC.

Dando um maior destaque aos problemas do setor, na sua intervenção, Francisco Manuel Lopes, presidente da CIMDOURO, alertou para o facto de “boa parte das entidades gestoras, concretamente os municípios”, estarem, neste momento, “falidas ou perto disso se considerarmos o sistema das dívidas aos sistemas em alta”. Além disso, salientou, que “colocar os fundos comunitários onde é

mais fácil atingir regalias como tem sido feito é errado porque nos vai levar ao ciclo vicioso que o setor nos tem levado nos últimos anos”.

Já Pedro Mendes disse que é necessário fazer uma “otimização”. “A população vai reduzir, o que significa que muitos dos setores e investimentos que estão a ser criados vão ter problemas de sustentabilidade, restando-nos fazer uma otimização”, referiu.

Neste painel, foram abordados, também, outros desafios para o futuro, como a execução prática do conceito “economia circular”, garantir condições de equidade para todos os cidadãos e a procura “urgente” de soluções que as alterações climáticas impõe.

O ENEG, organizado bienalmente pela APDA, decorre até quinta-feira (3 de dezembro).